

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VOLTADA AO PÚBLICO LGBT+ NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO PARANÁ

## THE UNIVERSITY EXTENSION FOCUSED ON THE LGBT+ PUBLIC IN THE PARANÁ'S FEDERAL UNIVERSITIES

Gustavo Rocha e Silva Santos<sup>1</sup>  
Julia Rinaldin Silveira<sup>2</sup>  
Antonio Gonçalves de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo expor a análise dos projetos extensionistas voltados para a comunidade LGBT+ das universidades federais situadas no estado do Paraná, contemplando UFPR, UTFPR, UNILA e UFFS. Fez-se, assim, uma revisão da literatura, buscando definir a importância da Extensão Universitária para a comunidade externa à Academia, além da análise de conteúdo dos catálogos dos projetos realizados no período de 2011 a 2016, separando-os de acordo com os parâmetros determinados: violência, políticas públicas, inclusão social e saúde LGBT+. A importância deste trabalho relaciona-se ao alto índice de violência contra a comunidade LGBT+ no Brasil, a qual conecta-se à falta de acesso a informação sobre esta minoria e aos poucos projetos de inclusão para a diversidade sexual e de gênero, chegando à conclusão de que os projetos extensionistas das universidades estudadas são incipientes no tratamento referente à situação LGBT+, seja na comunidade acadêmica, ou mesmo na sociedade em espectro amplo.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Interação Dialógica; LGBT+; Universidade.

**Abstract:** The objective of this paper is to analyze university extension courses projects for the LGBT+ community of federal universities located in the state of Paraná, including UFPR, UTFPR, UNILA and UFFS. Thus, a review of the literature was made, aiming to define the importance of the university extension courses for the community outside the Academy, as well as the content analysis of the catalogs of the projects carried out in the period from 2011 to 2016, separating them according to the determined parameters: violence, public policies, social inclusion and LGBT+ health. The importance of this study is related to the high level of violence against the LGBT+ community in Brazil, which is connected to the lack of access to information about this minority and the few inclusion projects for sexual and gender diversity, leading to the conclusion that LGBT+ people should be better covered by the university extension courses.

**Keywords:** University Extension; Dialogical Interaction; LGBT+; University.

## 1 Introdução

A Universidade Pública no Brasil se apoia em três pilares fundamentais: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, que procuram relacionar de maneira indissociável a instrução da comunidade acadêmica, a produção de conhecimento acadêmico e a

---

<sup>1</sup> Estudante de Bacharelado em Design e membro do grupo PET Políticas Públicas na Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR), Brasil. Email: gugstone@gmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Licenciatura em Letras - Português e membro do grupo PET Políticas Públicas na Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR), Brasil. Email: julias@alunos.utfpr.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor associado e tutor do grupo PET Políticas Públicas na Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR), Brasil. Email: agoliveira@utfpr.edu.br

democratização do conhecimento com a comunidade na qual a universidade está inserida. A ponte entre a comunidade externa e a Academia se faz por intermédio da Extensão, pilar que busca sair da torre de marfim universitária e atender às necessidades da população, democratizando o conhecimento discutido e produzido na Universidade, bem como a assimilação do conhecimento popular pela comunidade acadêmica, estabelecendo uma relação de interação dialógica entre comunidades interna e externa (Fórum, 2012).

Pode-se inferir, a partir disso, que as ações extensionistas assumem um papel social para a Academia e visam estabelecer um compromisso com as necessidades reais produzidas pela população que forma a sociedade na qual estão inseridas. Assimilando este conceito, e também considerando a última pesquisa divulgada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) sobre os índices crescentes de violência contra a população LGBT+ em 2016 e 2017, emerge o objetivo deste artigo de analisar a existência de projetos de extensão que tratam das questões LGBT+, com o intuito de compreender o que está sendo feito pela Universidade para atender a demanda desta parcela tão estigmatizada da sociedade brasileira.

Neste matiz, este estudo tem como delimitação as atividades extensionistas ao nível de projetos no âmbito das Universidades Federais que possuem câmpus localizados no estado do Paraná, assim abrangendo a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

A metodologia aplicada consistiu na análise de conteúdo dos títulos e escopos dos projetos de extensão de 2011 a 2016, documentados nos catálogos de ações extensionistas disponibilizados pelas universidades. A partir destes catálogos, contabilizaram-se, pelo conteúdo, os projetos voltados ao público LGBT+, considerando-se, também, as temáticas abordadas: inclusão social, violência, políticas públicas e saúde psicológica e/ou física. Os dados reunidos originaram três tabelas, as quais confirmam a ideia proposta por Miskolci (2015) de invisibilidade e diminuta discussão sobre a diversidade sexual e de gênero dentro da Academia.

Para iniciar a discussão, precisa-se primeiro entender a questão LGBT+ e seus principais particularidades e demandas, para após introduzir o papel da ação extensionista e como ela deve se dar, no sentido de resolver, ou mesmo mitigar necessidades produzidas socialmente.

## **2 A Questão LGBT+**

O grupo LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, pansexuais, assexuais e outros) é formado por pessoas que não se identificam com o

gênero designado a elas ao nascer e/ou que não se sentem atraídas exclusivamente pelo sexo oposto ao seu (Grupo Dignidade, 2007); esse afastamento da matriz cisgênero e heterossexual - que é considerada socialmente como “mais adequada” - contemporaneamente ainda é vista como o estopim para crimes homofóbicos.

Assim, como todo grupo minoritário, os indivíduos LGBTQ+ sofrem com uma forte perseguição, fato que gera certa invisibilização perante a sociedade. A falta de pesquisas sobre essa comunidade pelos órgãos oficiais do Governo Federal é um exemplo desse apagamento que está, lentamente, sendo discutido.

Registra-se que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com o objetivo de fazer um levantamento do número de LGBTQ+ no Brasil no próximo censo (Guia Gay de São Paulo, 2016) representa um avanço em contraponto à incipiência de dados governamentais que fundamentem políticas públicas a esse estrato da população. Não obstante a carência governamental, pesquisas sobre o tamanho da comunidade e os dados sobre LGBTQfobia são obtidos por ONGs, as quais se baseiam em “notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais” (Grupo Gay da Bahia [GGB], 2017, p. 01). À vista deste problema, a inclusão social se deu como o primeiro parâmetro (variável) estabelecido para analisar (em conteúdo) as ações de extensão.

A segunda variável, que trata da discussão da violência, adveio do relatório sobre LGBTQfobia no ano de 2016, realizado pelo Grupo Gay da Bahia. Neste relatório se observa um aumento nos índices sobre a violência: máxime que não houve tantos registros de homicídios de LGBTQ+, nos 37 anos em que o Grupo realiza os relatórios, como houve no ano de 2016. Nesse ano, registrou-se uma morte de LGBTQ+ a cada 25 horas e uma agressão a cada 2 horas no Brasil. O relatório traz, ainda, que o número de homicídios LGBTQ+ por milhão de habitante no Brasil é de 1,69.

Neste lume, apesar da região Sul ter um número menor que a média nacional (1,24 de vítimas a cada milhão de habitante), ainda se faz necessária a discussão dessa forma de violência por intolerância à diferença. Além disso, tem-se que na região Sul, o Paraná é o estado com o maior número em relação à essa violência tendo 1,35 vítimas por milhão de habitante. Todos estes dados colocam o Brasil como o país que mata mais homossexuais do que os países onde a homossexualidade é punível com pena de morte (GGB, 2017).

Diante desse cenário de preconceito, os índices sobre saúde mental da população LGBTQ+, são também lamentavelmente semelhantes. Em uma pesquisa, a instituição inglesa Pace determinou que 69.9% dos jovens não-heterossexuais (LGB) já pensou em suicídio pelo menos uma vez, contra 48% dos jovens heterossexuais. Essa percentagem, quando comparada entre pessoas cis e transgênero é ainda mais chocante: das pessoas cisgênero (dentre estas, pessoas LGB), 54,9% já tinham pensado em suicídio ao menos uma vez, contra 88,9% das pessoas transgênero (Pace, 2015). Não muito destoante, em Curitiba, capital do Paraná, o Grupo Dignidade

realizou uma pesquisa com 1340 pessoas LGBTQ+, das quais 60% já tinham pensado em suicídio (Grupo Dignidade, 2007). Haja vista a relevância desses dados, estabeleceu-se também como variável (categoria de análise) a saúde psicológica e/ou física desta comunidade.

Por fim, a última variável definida para a análise dos projetos de extensão é o debate e abordagem das Políticas Públicas voltadas aos LGBTQ+, visando a importância da promoção da equidade por intermédio de leis e regulações. No Brasil, o casamento civil entre casais homoafetivos, o direito à adoção, a cirurgia para a mudança de sexo pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e a obrigatoriedade das instituições em adotar o nome social são exemplos de Políticas Públicas conquistadas pela luta LGBTQ+. Faz-se necessário, contudo, reafirmar e garantir estes direitos, assim como dar visibilidade ao ativismo em vigor por direitos como a possibilidade de doação de sangue, a despatologização da transexualidade e, principalmente, a criminalização da homofobia.

### **3 Extensão Universitária**

A Extensão Universitária surgiu na Inglaterra no século XIX com o objetivo de atender às classes menos favorecidas, por meio da prestação de serviços assistencialistas que suprissem as demandas mais urgentes dos mais pobres, mesclando-se com a oportunidade de educação continuada dos estudantes universitários. Seguindo o mesmo direcionamento, a Extensão no Brasil surgiu com o intuito de prestar serviços à população mais pobre, porém só foi registrada em lei em 1968, com a Lei nº 5540, a qual positiva em seu artigo 40 que:

“(…) as instituições de ensino superior:  
a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; (...);  
d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.” (Lei nº 5540, 1968)

A partir desta lei, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), junto com Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), durante os anos 70, passou a se empenhar para definir o que é e como se faz a Extensão, relacionando-a apenas à “promoção de cursos ou prestação de serviços” (De Medeiros, 2017, p. 11), restringindo assim o potencial de atuação da Universidade como agente social. Com isso, em 1975, o MEC introduziu o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, criando uma linha política de ação assistencialista, mesmo com as repressões inerentes ao período temporal da Ditadura Militar.

Criou-se, apenas na década de 80, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o qual se direcionou à discussão sobre o papel da Academia perante a sociedade. Com isso, se estabeleceu que, entre outras características da Extensão, uma das principais seria “o compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população” (Nogueira, 2001, p. 67). A ação extensionista passa, então, a ter por base o atendimento das demandas mais urgentes apresentadas pela sociedade.

Porém, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 (LDB/1996), o Governo Federal define a Extensão como um meio para a divulgação e experimentação prática das pesquisas realizadas no ambiente acadêmico. Deste modo, a Universidade se encerra novamente em seus muros, afastando-se da resolução os problemas sociais, passando a aplicar o conhecimento teórico obtido, ao invés de se estender e entender o que a população precisa para assim produzir as atividades da Educação e Pesquisa. Portanto, a interação dialógica, pressuposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, torna-se minimizada. Consoante isso, a Extensão é colocada numa posição de assistencialismo da Universidade, e não como um de seus pilares, teoricamente indissociável do Ensino e da Pesquisa.

Com o Plano Nacional de Extensão, redigido em 2001, a interação dialógica entre comunidade acadêmica e externa volta como pressuposto das ações extensionistas. Porém, o estigma do assistencialismo universitário permanece, ao invés da essência dialógica, a qual pressupõe que a sociedade também ajuda a construir a Academia. Outro estigma que permanece é o da Universidade “conteudista”, contaminando a Extensão como ações puramente de divulgação científica.

A Extensão Universitária deveria promover a inclusão social e humanização da Academia, como afirma De Medeiros (2017), pois ela:

“(…) pode ser entendida como o meio através (sic.) do qual a comunidade pode questionar a ciência, e apresentar a ela as suas demandas. Ela pode retirar da Universidade as máculas de algumas injustiças sociais, políticas e econômicas sobre as quais a academia teorizou e que hoje se tornam máximas dentro de um sistema econômico e político que preconiza a desigualdade entre as pessoas devido a sua identidade de gênero, sua cor ou sua opção religiosa.”  
(MEDEIROS, 2017, p. 15)

Compreendendo a Extensão Universitária e as questões LGBTQ+ como inderrogáveis em nossa sociedade, a Universidade, portanto, tem o dever de dedicar - portanto – a extensão à essa parcela da população brasileira. Dada a relevância do tema, este estudo analisa quantitativamente os projetos de extensão, assim como seu conteúdo a partir dos parâmetros (variáveis) definidos, materializados pelas Universidades Públicas Federais com atuação no Estado do Paraná.

#### 4 Projetos Extensionistas para Questões LGBT+ nas Universidades Federais no Paraná

A análise das ações extensionistas das 4 Universidades Federais no Paraná trazem à tona um inquietante resultado. Apesar da latência da demanda estabelecida pela comunidade LGBT+ no Brasil, observa-se que ela é pouco discutida dentro do ambiente acadêmico.

Consoante à análise de conteúdo realizada nos títulos e escopos presentes nos catálogos dos projetos de extensão de 2011 a 2016, das universidades qualificadas como objeto deste estudo, consolida-se na tabela 01 a quantidade de projetos aderentes à matéria/tema.

**Tabela 01** - Total de projetos extensionistas voltados ao público LGBT+ em cada Universidade Pública Federal do Estado do Paraná, por ano.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
<b>UFFS</b>	2	3	3	2	1	2	13 <sup>4</sup>
<b>UNILA</b>	0	1	0	2	1	1	5
<b>UFPR</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>UTFPR<sup>5</sup></b>	-	2	2	3	0	3	10
<b>Total</b>	2	6	5	7	2	6	28

Fonte: os autores, a partir de dados disponibilizados pelas Universidade Públicas analisadas, 2017.

Para complementar a análise, considere-se a tabela 02, com o total de projetos de extensão realizados pelas universidades no período estipulado:

**Tabela 02** - Total de projetos de extensão no período de 2011 a 2016

<b>UFFS</b>	1207
<b>UNILA</b>	533
<b>UFPR</b>	255
<b>UTFPR</b>	6275

Fonte: os autores, a partir de dados disponibilizados pelas Universidade Públicas analisadas.

<sup>4</sup> A UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) possui campi nos três estados da região Sul. Das 13 ações extensionistas contabilizadas, apenas 2 foram realizadas no estado do Paraná.

<sup>5</sup> A UTFPR não dispunha do registro digital dos seus projetos de 2011, tampouco demonstrou possuí-los.

Percebe-se que a porcentagem de projetos voltados à comunidade LGBTQ+ é ínfima, ficando próxima a 1% do total, com exceção da UTFPR, na qual a porcentagem é ainda menor: apenas 0,16%, ou seja, 10 projetos com temática LGBTQ+, em relação ao total de 6275 projetos/ações registrados.

Registre-se, como limitação da pesquisa, a ausência de dados referentes à atuação da UFPR, pois não obstante o pressuposto da efetiva existência de projetos da natureza estudada neste trabalho, não foi possível a inferência, uma vez que os dados quanto aos títulos e escopos dos projetos concluídos não estão disponíveis para consulta da comunidade, seja no portal da instituição, ou mesmo pessoalmente, como feito pelos autores desse estudo.

Máxime ainda que os 255 projetos de extensão destacado na tabela 02 como da UFPR iniciados entre 2011 a 2016<sup>6</sup>, no momento desta pesquisa, todos estão ainda em andamento, e que nenhum deles, considerando os parâmetros (variáveis) adotados para a análise de conteúdo versam sobre a matéria objeto deste trabalho: LGBTQ+.

Assim, salvo melhores e justificados juízos, considerando as variáveis parametrizadas para definição dos projetos com a temática LGBTQ+, a UFPR Ee UTFPR, em 2015, não pautaram nenhum de seus projetos na temática, ignorando, assim, a necessidade de discussão dos problemas imediatos e inclusão dessa parcela da sociedade. Do mesmo modo, a UNILA, não contemplou os LGBTQ+ em seus 3 projetos de 2011 e 72 de 2013. Justifique-se, porém, que a baixa produção na área de Extensão daquela universidade se dá pela sua recente abertura, datada de 2010.

Apesar de parcos, procurou-se ainda ponderar sobre como esses projetos estão abordando o tema. A partir das variáveis já estabelecidas, tem-se então a tabela 03, que determina quantas vezes cada parâmetro foi contemplado dentro das extensões contabilizadas, sendo importante notar que um projeto pode abordar uma ou mais variáveis. Com isso, pode-se analisar o que a Universidade considera como prioridade quanto ao tema a ser discutido no âmbito da Extensão.

**Tabela 03** - Cobertura dos parâmetros pelos projetos extensionistas voltados ao público LGBTQ+.

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
UFFS	Inclusão	2	3	3	2	1	1	12
	Violência	2	1	2	1	1	2	9
	Saúde	0	0	0	0	0	0	0
	Políticas Públicas	0	0	1	1	0	1	3
UNILA	Inclusão	0	1	0	2	0	1	4

<sup>6</sup> Os dados da UFPR ainda vigentes (255 projetos iniciados entre 2011 e 2016) foram obtidos a partir do sistema de projetos de extensão. Porém, quanto aos projetos já encerrados, estes não são públicos, sendo disponibilizados apenas para acesso dos servidores no sistema interno.

	<b>Violência</b>	0	0	0	1	1	1	3
	<b>Saúde</b>	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Políticas Públicas</b>	0	0	0	0	0	1	1
<b>UFPR</b>	<b>Inclusão</b>	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Violência</b>	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Saúde</b>	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Políticas Públicas</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>UTFPR</b>	<b>Inclusão</b>	-	2	2	3	0	2	9
	<b>Violência</b>	-	0	0	2	0	3	5
	<b>Saúde</b>	-	0	1	0	0	0	1
	<b>Políticas Públicas</b>	-	0	0	0	0	0	0

Fonte: os autores, a partir de dados disponibilizados pelas Universidade Públicas analisadas, 2017.

Depreende-se desta tabela (03) que os temas mais abordados são da inclusão social e da violência, em detrimento aos temas da saúde e políticas públicas. Isto se deve aos dados da violência serem mais chocantes e imediatos, pois notícias sobre homicídios com requintes de crueldade por motivação LGBTfóbica circulam, infelizmente, com certo grau de frequência. A inclusão é o tema mais abrangente, pois ao se abrir uma discussão sobre a comunidade LGBT+, pode-se inferir que a inclusão já está ocorrendo, uma vez que tira esse grupo da invisibilidade quando se tange ao assunto. Por sua vez, a saúde e as políticas públicas, são menos ou nada discutidas, pois estas questões estão menos presentes na circulação midiática.

## 5 Considerações Finais e Conclusão

Constatada a parca quantidade de projetos de extensão realizados pelas Universidades Federais atuantes no Estado do Paraná acerca da temática LGBT+, não obstante esforços isolados nesse sentido, pode-se inferir que permanece a invisibilidade do grupo minoritário LGBT+ no âmbito acadêmico, haja vista a representatividade dos referidos projetos específicos (LGBT+) em relação ao todo extensionista praticado pelas universidades estudadas.

Esta invisibilidade pode ser justificada pelo conceito histórico que a LDB/1996 cunhou acerca da Extensão, diminuindo-a à divulgação de resultados das pesquisas científicas, fato observado na análise de conteúdo dos escopos dos projetos analisados, em que palestras e semanas acadêmicas de divulgação científica são registradas, com frequência, como projetos de extensão.



Os resultados mostram ainda uma certa institucionalização da LGBTfobia, presente ainda na sociedade pela falta de discussão e compreensão das particularidades desta minoria, bem como pela falta de debates envolvendo a comunidade externa e a Universidade.

Finalmente, tem-se que o papel social da Universidade e, conseqüentemente da Extensão junto à comunidade LGBT+, não está sendo cumprido em sua plenitude ou expectativas para mitigação ou para a esperada erradicação da mencionada intolerância.

## Referências

De Medeiros, Márcia Maria (2017). A Extensão Universitária no Brasil - Um Percorso Histórico. Revista Barbaquá, Dourados: UFMS.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: MEC/SeSu.

Grupo Dignidade (2007). Guia GLBT para profissionais da comunicação: pela cidadania de gays, lésbicas e trans. Curitiba: Grupo Dignidade.

Grupo Gay da Bahia (2017). Relatório 2016: Assassinatos de LGBT no Brasil. Bahia - BR. Recuperado em 09 de novembro de 2017, de <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2017/01/2-capa-correio-materia-2017.pdf>.

Guia Gay de São Paulo (2016, dezembro 15). IBGE fará primeira pesquisa sobre população LGBT no Brasil. Recuperado em 09 de novembro de 2017, de <http://www.guiagaysaopaulo.com.br/1/n--ibge-fara-1-pesquisa-sobre-populacao-lgbt-no-brasil--05-12-2016--3547.htm>.

Lei nº 5.540, 28 de novembro de 1968 (1968), Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Recuperado em 09 de novembro de 2017, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Miskolci, Richard (2015). Diversidade ou Diferença São Paulo: Bregantini. Recuperado em 25 de outubro de 2017, de [revistacult.uol.com.br/home/diversidade-ou-diferenca](http://revistacult.uol.com.br/home/diversidade-ou-diferenca).

Nogueira, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual (2001). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, p. 57-72.

PACE (Gay & Lesbian Counselling & Support) (2015). The RaRE Research Report: LGB&T Mental Health - Risk and Resilience Explored. Inglaterra: University of Worcester, Brunel University London, London South Bank University. Recuperado em 09 de novembro de 2017, de [http://www.queerfutures.co.uk/wpcontent/uploads/2015/04/RARE\\_Research\\_Report\\_PACE\\_2015.pdf](http://www.queerfutures.co.uk/wpcontent/uploads/2015/04/RARE_Research_Report_PACE_2015.pdf)

Universidade Federal da Fronteira Sul (2017a). A Extensão Universitária na UFFS: Programas e Projetos - Editais - 2010 - 2016.

Universidade Federal da Fronteira Sul (2017b). A Extensão Universitária na UFFS: Programas e Projetos - Demanda Espontânea - 2010 - 2016.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2017a). Lista das Ações de Extensão de 2011 a 2013.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2017b) Sistema de consulta aos projetos de extensão. Recuperado em 08 de novembro de 2017, de [https://sig.unila.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta\\_extensao.jsf](https://sig.unila.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf).

Universidade Federal do Paraná (2017). Sistema de consulta aos projetos de extensão vigentes. Recuperado em 08 de novembro de 2017, de <https://intranet.ufpr.br/sigeu/public/extensao!search;jsessionid=JIRk3bDLcWEdqfpXZqofhMUU.node5>

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2017). Lista das Ações de Extensão de 2010 a 2016. Recuperado em 08 de novembro de 2017, de <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/acoes-de-extensao-1>.